

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 25.06.2026

### **Optimização dos mecanismos de incentivo ao consumo e reforço do dinamismo económico comunitário**

O “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2026” chegou ao fim com sucesso. De acordo com dados oficiais divulgados, até ao início de Junho, o valor total dos benefícios electrónicos utilizados atingiu 294 milhões de patacas, contando com a participação de mais de 20 000 comerciantes, impulsionando efectivamente o consumo nas comunidades locais. Mas alguns residentes e comerciantes referiram que a iniciativa foi implementada de forma concentrada e temporária, apresentando vazios na continuidade das políticas, além de não abranger despesas essenciais como a remodelação doméstica, o que indica ainda haver espaço para melhorias.

Várias cidades do interior da China já instituíram incentivos anuais e regulares para o consumo, bem como subsídios para a renovação de electrodomésticos usados, mecanismos que já possuem uma operação madura. Macau pode tomar como referência essas experiências, conjugando a eficácia da implementação do presente programa de grandes prémios, as opiniões dos residentes e comerciantes, e articulando recursos como as empresas integradas de lazer e o autocarro de turismo e “lazer”, a fim de aperfeiçoar o sistema local de estímulo ao consumo e continuar a libertar o potencial de consumo tanto dos residentes como dos visitantes. Perante isto, apresento as seguintes sugestões:

Primeira, criar um sistema estruturado de apoio ao consumo. Em articulação com o ritmo da recuperação económica de Macau, deverá ser aproveitada a experiência das várias rondas de actividades de consumo nos bairros comunitários, recolhendo as opiniões dos residentes e comerciantes, lançando um plano de consumo trimestral com diversos cenários de consumo, como restauração, retalho, indústrias culturais e criativas, habitação, etc. Através de descontos de consumo faseados e contínuos, há que alargar o âmbito de benefícios universais, reduzir as despesas quotidianas da população e estabilizar o funcionamento operacional das empresas, a fim de evitar que a recuperação económica seja afectada devido à falta das respectivas políticas.

Segunda, estudar a viabilidade de subsídios específicos para substituição de electrodomésticos antigos por novos. Tendo em conta a necessidade dos residentes de modernizar as suas casas, e tendo como referência a prática de subsídios do Interior da China, há que criar um subsídio específico para os electrodomésticos com classe energética um, definir uma proporção racional e um limite máximo, e prestar, em conjunto com os operadores, serviços de recolha de aparelhos antigos e serviços complementares de instalação *one-stop*. Com isso, por um lado, será possível reduzir os encargos dos residentes com a modernização das suas casas e, por outro, promover a conservação energética e a redução de carbono, cultivando pontos de crescimento no consumo ecológico.

Terceira, aprofundar a sinergia entre os complexos turísticos integrados e as PME. No primeiro trimestre deste ano, o consumo dos turistas nos sectores não jogo atingiu 24,4 mil milhões de patacas, um aumento anual de 24,5 por cento, o que demonstra um enorme potencial para atrair visitantes para os bairros residenciais. Sugere-se que o Governo assuma a liderança na criação de uma plataforma de cooperação entre os complexos turísticos e as PME, e crie incentivos ao consumo nos bairros, além dos actuais pacotes de alojamento e lazer, com ênfase na promoção de pacotes para famílias, a fim de atrair diferentes grupos de visitantes. Mais, há que continuar a otimizar os horários, percursos e frequência dos autocarros turísticos, exibindo neles informações sobre descontos nas lojas ao longo dos percursos, criando-se assim uma rede que integre os transportes e o consumo, para alargar o alcance do consumo comunitário.

Quarta, rever o subsídio aos preços do gás e da gasolina e estudar a sua prorrogação. Actualmente, o Governo implementou medidas temporárias de subsídio aos referidos preços, eficazes para mitigar os custos de vida dos residentes e das despesas operacionais das PME. Recomenda-se que as autoridades analisem os resultados destas medidas e, tendo em conta a evolução internacional dos preços do petróleo e os encargos globais da população, prolonguem moderadamente o prazo do subsídio, por forma a aliviar as pressões dos residentes e comerciantes.

Em suma, espera-se que o Governo continue a aperfeiçoar as medidas de apoio ao consumo comunitário, alargando a cobertura, e aproveite os diversos eventos internacionais e festividades no segundo semestre, para lançar mais benefícios e envolver os diferentes sectores. Isto para manter o dinamismo do consumo e promover firmemente a recuperação da economia comunitária.